

PUBLIC POLICY SOURCES

Número 71 / Novembro de 2003

A Experiência Mal Sucedida

O controle de armas e a Segurança Pública no Canadá, na Austrália, Inglaterra e no País de Gales

Gary A. Mauser

Conteúdo

<i>Resumo Executivo</i>	3
<i>Introdução</i>	5
<i>Armas de Fogo e a Violência Criminal</i>	7
<i>Crimes Violentos Podem Ser Reduzidos por Leis Restritivas às Armas?</i>	10
<i>Conclusão</i>	19
<i>Notas</i>	21
<i>Referências</i>	22
<i>Sobre o Autor & Agradecimentos</i>	25

Public Policy Sources é publicada durante o ano inteiro pelo Fraser Institute, Vancouver, Columbia Britânica, Canadá.

O Fraser Institute é uma organização canadense independente de pesquisa econômica e social e uma organização educacional. Ela tem por objetivo o redirecionamento da atenção pública relativamente ao papel dos mercados competitivos em favor do bem-estar dos canadenses. O interesse do Instituto reside em tentar descobrir quais as perspectivas de desenvolvimento onde age o mercado.

Onde os mercados não atuam, há o interesse em descobrir porque isso acontece. Onde os mercados competitivos foram substituídos pelo controle governamental, o interesse do Instituto está em documentar objetivamente a natureza do desenvolvimento ou da deterioração resultante da intervenção estatal. O trabalho do Instituto recebe o apoio de um Conselho Consultivo Editorial formado por economistas reconhecidos internacionalmente. O Fraser Institute é uma organização nacional, sem fins lucrativos, financiada pela venda de suas publicações e pelas contribuições de seus membros, dedutíveis do Imposto de Renda, fundações e outros patrocinadores, e não recebe recursos do governo.

Para informações sobre a filiação ao Fraser Institute, queira entrar em contato com o Departamento de Desenvolvimento via correio, através do endereço: The Fraser Institute, 4th Floor, 1770 Burrard Street, Vancouver, BC, V6J 3G7; via telefone: 604.688.0221 ramal 586; via fax: 604.688.8539; via e-mail: membership@fraserinstitute.ca.

Em **Calgary**, queira , por favor, entrar em contato conosco através do telefone: 403.216.7175 ou, gratuitamente 1.866.716.7175; via fax: 403.234.9010; via e-mail: barrym@fraserinstitute.ca.

Em **Toronto** queira , por favor, entrar em contato conosco através do telefone: 416.363.6575; via fax: 416.934.1639.

Para receber cópias adicionais da Public Policy Sources, qualquer uma de nossas publicações, ou um catálogo das publicações do Instituto, queira, por favor, entrar em contato com o coordenador das vendas de livros, através do 0800 (ligação gratuita): 1.800.665.3558, ramal 580 via telefone: 604.688.0221, ramal 580; via fax: 604.688.8539; via e-mail: sales@fraserinstitute.ca.

Para pesquisas de mídia queira, por favor, entrar em contato com Suzanne Walters, Diretora de Comunicações através do telefone 604.714.4582 ou, de Toronto, 416.363.6575, ramal 582; via e-mail: suzanne@fraserinstitute.ca.

Para maiores informações sobre o Instituto queira, por favor, visitar nosso site no www.fraserinstitute.ca
Copyright© 2003 The Fraser Institute. Todos os direitos reservados. Esta publicação não pode ser reproduzida em seu todo ou em parte por qualquer que seja o veículo, sem que haja permissão expressa, por escrito, salvo pequenas citações nos artigos de crítica e resenhas.

O autor desse estudo trabalhou independentemente e, as opiniões aqui expressas por ele, entretanto, não refletem, necessariamente, as opiniões dos membros ou curadores do Fraser Institute.

Edição e design: Kristin McCahon and Lindsey Thomas Martin
Impresso e encadernado no Canadá.

ISSN 1206-6257; data de publicação: Novembro de 2003

Este Simpósio foi patrocinado pelo Fórum Mundial sobre o Futuro das Atividades Esportivas de Tiro. Uma versão bem anterior foi apresentada na 6ª Conferência Anual Civitas, Vancouver, BC, Canadá, 26 de Abril de 2002.

Resumo Executivo

A ampla divulgação pela televisão de assassinos com armas de fogo em muitos países durante o século XX, incitaram os políticos a introduzir leis restritivas em relação às armas de fogo. Os políticos garantiram, então, que as novas restrições iriam reduzir a violência criminal e “criar uma sociedade mais segura”. Chegou o momento de parar e perguntar se as leis sobre armas realmente reduziram a violência criminal.

As leis sobre armas de fogo, que devem evidenciar terem resultado em um corte nos crimes violentos ou o controle sobre as armas, não passam de uma promessa vazia. O que faz com que o controle sobre as armas de fogo seja tão atraente para muitos, é a crença de que os crimes violentos são cometidos devido à facilidade de se obter uma arma e, mais importante, de que a violência criminal de modo geral, pode ser reduzida através do limite ao acesso às armas de fogo.

Neste estudo, foram examinadas as tendências criminosas nos países da República Inglesa que, recentemente introduziram os regulamentos sobre armas de fogo como, por exemplo, a Grã-Bretanha, a Austrália e o Canadá. A chave amplamente ignorada para avaliação da regulamentação das armas de fogo está em examinar as tendências diante do total de crimes violentos, e não apenas daqueles relacionados com armas de fogo. Uma vez que as armas de fogo são apenas uma pequena fração da violência criminal, o público não estará mais seguro se a nova lei puder reduzir a violência com armas de fogo, mas não tiver efeito sobre a violência criminal como um todo.

Os Estados Unidos são um valioso termo de comparação em relação aos índices de criminalidade porque o sistema de justiça criminal lá difere drasticamente dos da Europa e da República Inglesa. Não só as penas são tipicamente mais severas, como também as penas e o encarceramento são, normalmente, muito mais altos. Talvez a diferença mais gritante seja que, cidadãos habilitados nos Estados Unidos, podem levar consigo armas de mão para auto-defesa. Durante as últimas décadas, mais de 25 estados dos Estados Unidos aprovaram leis permitindo aos cidadãos responsáveis o porte de armas de mão para auto-defesa. Em 2003, 35 estados nos Estados Unidos passam a permitir que os cidadãos obtenham essa autorização.

O resultado é que as taxas de crime violento e de homicídios em particular, têm declinado nos Estados Unidos. A queda na taxa de criminalidade é ainda

mais impressionante se comparada com o resto do mundo. Em 18 dos 25 países pesquisados pelo British Home Office, os crimes violentos aumentaram nos anos 90. Esse contraste deveria fazer com que as pessoas conscientes se perguntem o que foi que aconteceu naqueles países onde, cada vez mais, leis de restrição às armas foram aprovadas.

Grã-Bretanha

Nos últimos 20 anos, tanto os governos do Partido Conservador quanto os do Partido Trabalhista, introduziram leis de restrição às armas, sendo que, em 1997, foram banidas todas as armas de mão. Infelizmente, essas regras draconianas de restrição às armas falharam por completo. O público não está minimamente mais protegido, podendo até estar menos protegido do que antes. As estatísticas da polícia mostram que a Inglaterra e o País de Gales estão passando por uma séria onda de crimes. Em contraste com a densidade de armas de mão dos Estados Unidos, onde a taxa de criminalidade vem caindo há mais de 20 anos, a taxa de homicídios na Inglaterra e no País de Gales, países onde as armas de mão foram banidas, tem crescido. Apenas em 1990 a taxa de homicídios subiu em 50%, indo de 10 por milhão de habitantes em 1990, para 15 por milhão em 2000.

As estatísticas policiais mostram que o crime violento em geral, tem aumentado desde os últimos anos da década de 80 e, de fato, desde 1996 têm sido mais sérios do que nos Estados Unidos.

As leis contra as armas de fogo podem, inclusive, ter aumentado o índice de violência criminal, através do desarmamento do público em geral. Não obstante a Grã-Bretanha ter banido e confiscado todas as armas de mão, os crimes violentos e por arma de fogo continuam a crescer.

Austrália

Após as matanças chocantes em 1996, o governo australiano fez mudanças cabais na legislação concernente às armas em 1997. As recentes leis referentes às armas de fogo, infelizmente, não tornaram nem de longe as ruas da Austrália mais seguras.

O índice total de homicídios, após ter-se mantido basicamente estático de 1995 a 2001, começou, agora, a crescer novamente. O declínio na taxa de homicídios na permissiva legislação referente às armas dos Estados Unidos, contrapõe-se à tendência da Austrália.

A divergência entre a Austrália e os Estados Unidos fica ainda mais evidente com relação ao crime violento. Enquanto o crime violento vem declinando nos Estados Unidos, na Austrália, está aumentando. Nos últimos seis anos o índice geral do crime violento na Austrália tem continuado a crescer. Os índices de assalto e de assalto à mão armada têm continuado a aumentar. Os assaltos à mão armada aumentaram em 166% em todo o país. O confisco e a destruição de armas de fogo legais custaram aos contribuintes australianos pelo menos \$500 milhões. Os custos com os serviços burocráticos da polícia, inclusive o imenso custo da infraestrutura do sistema de registro de armas aumentaram em 200 milhões desde 1997. E para quê? Não houve um impacto visível sobre o crime violento. É impossível justificar o aumento substancial da soma desembolsada pelos contribuintes, sem que tenha havido qualquer decréscimo da criminalidade. Pelo montante de tal tipo de imposto, a polícia poderia ter mais carros de patrulha, plantões mais curtos, ou até mesmo um melhor equipamento. Pense em quantas vidas poderiam ter sido salvas.

Canadá

Nos anos 90, mudanças radicais foram feitas nas leis relacionadas a armas de fogo, primeiro em 1991 e, novamente, em 1995. A licença e o registro ainda estão sendo implantados. O contraste entre os índices de violência criminal nos Estados Unidos e no Canadá, é dramático. Na última década, a taxa de crimes violentos tem aumentado, enquanto que, nos Estados Unidos, ela tem diminuído verticalmente.

A experiência canadense com a regulamentação das armas de fogo está se tornando uma farsa. O esforço de registrar todas as armas de fogo que, inicialmente apregoou ter um custo de apenas \$ 2 milhões de dólares canadenses, está sendo estimado em algo como \$ 1 bilhão pelo Auditor Geral. Os custos finais são desconhecidos mas, se os custos da imposição estão inclusos, o total pode facilmente atingir \$3 bilhões. Os contribuintes fariam bem em solicitar estudos independentes do custo-benefício registrado, para saber quanto mais o registro de armas já está custando.

A legislação restritiva sobre armas de fogo falhou em reduzir os crimes violentos na Austrália, no Canadá ou na Grã-Bretanha. A política de confisco das armas foi um malogro de alto custo. A violência criminal não decresceu. Ao contrário, ela continua a aumentar. Infelizmente, a política avisa que as diretrizes atuais irão permanecer e, mais importante, que não serão examinadas criticamente.

Apenas os Estados Unidos testemunharam uma queda dramática na violência criminal na década passada. Talvez esteja na hora de os políticos da Comunidade dos Países Britânicos reverem sua tradicional antipatia com relação à legislação relativa à posse de armas de fogo.

É uma ilusão achar que o banimento das armas proteja o público. Nenhuma lei, não importa o quão restritiva ela seja, pode proteger-nos de pessoas decididas a cometer crimes violentos. Talvez devamos ser mais rigorosos no trato com os criminosos do que com os caçadores e esportistas de tiro ao alvo?

Introdução

Amplamente televisionados, os assassinos com armas de fogo na França, Alemanha e Suíça nos últimos anos, levaram os políticos, na Europa, a introduzir mudanças ainda maiores em seus países de leis já restritivas, tornando-as ainda mais estritas. A maioria de nós se lembra das manchetes sobre um estudante com depressão, na Alemanha, que repentinamente enlouqueceu e matou diversas pessoas em sua escola, após ter sido expulso dela. Tanto na Suíça como na França, indivíduos enraivecidos invadiram os Conselhos locais e começaram a atirar nos legisladores aparentemente ao acaso.

Essa estória não é nova. Já assistimos esse drama anteriormente, na televisão da Austrália, da Grã-Bretanha, do Canadá e dos Estados Unidos, bem como de outros países. Primeiramente, acontece um fato terrível – digamos, um estudante perturbado mata pessoas numa escola, ou um maníaco entra em surto em um local público. A cobertura da mídia é intensa por umas poucas semanas. Então, o governo sente que deve ser visto fazendo algo para proteger o público, e então a polícia é investida de novos poderes ou novas restrições em relação à posse de armas. Ouvem-se aclamações garantindo que as novas regras concernentes ao uso de armas de fogo irão reduzir a violência criminal, criando uma sociedade mais segura. Em seguida, a mídia passa a se dedicar a uma nova estória, e o público esquece. Mais adiante, há um outro incidente muito divulgado nas redes de televisão e o processo repete-se desde o princípio. A introdução de praticamente todas as leis sobre armas de fogo na última metade do século passado, em todo o mundo, tem seguido esse padrão. É hora de fazer uma pausa e perguntar: Se as leis contra armas de fogo devem funcionar para prevenir a violência criminal, elas de fato o fizeram?

Os políticos juram que tornar as leis mais duras em relação às armas de fogo irá reduzir a taxa de criminalidade violenta e tornar a sociedade mais segura. Alguns chegam a afirmar que tais leis irão, inclusive, reduzir as taxas de suicídio. Mas elas o fazem? Será que as crescentes restrições em relação à posse de armas de fogo reduzem a taxa de homicídios? Os índices de roubo com arma? A violência criminal em geral? Os índices de suicídio? Em resumo, será que as leis sobre armas de fogo agem de modo a criar uma sociedade mais segura, conforme alardeado por seus defensores?

Se as leis, restringindo a posse de armas de fogo, servem para reduzir a taxa de crime

Violento, então isso deve ser demonstrado como sendo verdadeiro, ou o controle sobre as armas não é mais do que uma promessa vazia. Entretanto, os criminologistas admitem (ainda que relutantemente) que haja muito pouco suporte empírico para o clamor de que as leis dirigidas à redução do acesso geral às armas de fogo reduzem a violência criminal¹. Frequentemente, as assertivas em relação a este assunto demonstram não ser mais que o poder do pensamento positivo.

E não é por falta de aviso aos governos. Foi apresentado à Comissão Cullen, documentos das mais variadas fontes (por exemplo, o pesquisador inglês e ex-superintendente de Polícia, Colin Greenwood) postulando que as crescentes restrições não seriam eficazes na redução do crime violento (Munday e Stevenson, 1996; Greenwood 1972). No Canadá, antes da introdução do Bill C-68, que determinou a licença dos donos e do registro de armas de fogo, o Auditor Geral do Canadá advertiu o governo que o Ministro da Justiça não havia apresentado qualquer justificativa imperiosa para a nova legislação e tampouco a eficácia da legislação anterior fora avaliada (Auditoria Geral do Canadá, 1993: 647-55). Eu havia testemunhado diante do Parlamento, que o registro de armas de fogo era “impraticável, ineficiente e ultrajantemente dispendioso” (Mauser 1995: 25). Nessa época, eu estimei que isso custaria aos contribuintes algo próximo a um bilhão de dólares (Mauser 1995: 28). O Auditor Geral do Canadá confirmou minha previsão em 2002 (Auditor Geral do Canadá 1993: capítulo 10). Infelizmente, ambas as estimativas eram baixas porque não incluíam os custos de outras agências governamentais, nem o custo da obrigatoriedade. A estimativa mais próxima de chegar ao custo para os contribuintes canadenses licenciarem e registrarem todas as armas está por volta de 3 bilhões de dólares (Breitkreuz 2003).

Esse estudo examina a reivindicação recente, apresentada com referência aos regulamentos para as armas de fogo, de criar uma sociedade mais segura através da redução da violência criminal. A pergunta a ser feita aqui não é se as leis sobre as armas causaram uma queda – ou um aumento – nos crimes com armas de fogo. Esse é um assunto totalmente diferente. Como mínimo, as leis das armas devem funcionar como redutor dos crimes com arma². A questão-chave é: Será que as leis sobre armas aumentam a segurança pública? É importante notar que, ainda que os

regulamentos relativos às armas de fogo fizessem cair o índice de crimes com armas de fogo, outros crimes relativos às armas de fogo fizessem cair os índices de crimes com armas de fogo, outros crimes violentos podem aumentar, de modo a tornar a sociedade menos segura. Isso significa que a violência com armas é apenas uma fração da criminalidade violenta, e, freqüentemente, uma pequena parcela. Para testar a alegação genérica de que através da restrição às armas ao público em geral a sociedade poder reduzir a violência criminal, irei examinar as tendências relativas ao crime violento em alguns países que, recentemente, introduziram uma legislação geral sobre armas de fogo. Onde for possível, essas tendências serão comparadas com as correspondentes nos Estados Unidos.

Ao avaliar o impacto das mudanças legislativas, é necessário examinar as mudanças ao longo do tempo. Este estudo irá examinar as tendências criminais em cada país para ver se houve alguma mudança depois da introdução das normas sobre armas de fogo. Os índices de crimes selecionados são os que são mais apropriados para avaliar a segurança pública, as taxas de homicídio, crimes violentos e contra a propriedade. Ademais, irei também verificar o índice de suicídios, uma vez que ativistas anti-armas de fogo clamam freqüentemente que uma redução no acesso às armas de fogo reduz a tentação de pessoas vulneráveis cometerem suicídio.

Obviamente, as médias nacionais são irrelevantes para esta diligência. Essa pesquisa não é direcionada, por exemplo a, se a média canadense para um tipo de crime em particular é mais alta (ou mais baixa) do que a dos Estados Unidos ou da Inglaterra. Tais padrões dizem respeito a diferenças históricas ou culturais e não à eficácia da recente legislação sobre armas de fogo. Apenas as mudanças são pertinentes à questão que interessa. Se o índice de homicídios era baixo antes do advento das leis sobre armas de fogo e permanece baixo, como podemos creditar à legislação sobre armas de fogo a baixa taxa de homicídios?

Dito isso, os Estados Unidos fornecem um

valioso ponto de comparação com a Europa e a Comunidade dos Países Britânicos para acessar os índices de criminalidade devido ao fato de o sistema de justiça criminal nos Estados Unidos ser único.³ Não apenas as penalidades são caracteristicamente mais severas, como também as penas e o encarceramento são, normalmente muito mais longos.⁴ Talvez a diferença mais gritante esteja no fato de que os Estados Unidos é um dos poucos países a encorajar cidadãos qualificados a portarem armas de fogo discretas para a auto-defesa. Durante as últimas décadas, enquanto a Grã-Bretanha e a Comunidade dos Países Britânicos vieram tornando a posse de armas cada vez mais difícil, mais de 25 estados dos Estados Unidos aprovaram leis permitindo que cidadãos responsáveis portem armas disfarçadas. Há, atualmente, 35 estados onde os cidadãos podem conseguir o porte de armas. Como resultado, o número de americanos armados em shopping-centers, nas ruas, e em seus carros aumentou para quase 3 milhões de homens e mulheres. Surpreendente que possa parecer a um eventual observador, essas novas leis parecem ter feito com que o índice de crimes violentos tenha baixado, inclusive os índices de homicídios. O Professor John Lott demonstrou de que modo o crime violento caiu mais rapidamente naqueles estados que permitiram a lei do uso discreto de armas de fogo do que no restante dos Estados Unidos.⁵

A conclusão é de que os índices de crimes violentos e de homicídios em particular, vêm caindo nos Estados Unidos durante a última década.⁶ A queda na taxa de criminalidade americana é ainda mais impressionante se comparada com a do resto do mundo. Em 18 dos 25 países pesquisados pelo British Home Office, o índice de crimes violentos aumentou durante os anos 90 (Barclay et al. 1999). Esse contraste deveria levar as pessoas conscientes a se perguntarem o que foi que aconteceu nesses países onde as pessoas acreditaram que, introduzindo mais e mais leis restritivas em relação às armas de fogo, isso iria protegê-las da violência criminal.

Armas de fogo e a violência criminal

O que faz com que o controle sobre as armas de fogo seja tão arraigado para muitos, é a crença de que o crime violento acontece devido à disponibilidade das armas de fogo e, mais importante, de que a violência criminal em geral possa ser reduzida através da limitação do acesso às armas de fogo. Essa é uma proposição empírica que pode ser testada.

Para examinar a afirmativa de que a legislação sobre armas de fogo irá aumentar a segurança pública em geral, o padrão mais apropriado para uso será uma medida ampla tais como a taxa total de crimes violentos ou de homicídio. A violência criminal envolve qualquer crime onde um indivíduo é ferido, e inclui os crimes cometidos com qualquer arma e não apenas armas de mão. As armas de fogo estão presentes apenas em uma fração dos crimes violentos, frequentemente em uma pequena parcela. Por exemplo, entre 1% a 26% dos crimes violentos acontecidos envolvem armas de fogo nos países aqui examinados (tabela 1).

Até em crimes sérios, tais como homicídios e assalto, onde o mau uso das armas de fogo prevalece, as armas de fogo são usadas apenas na minoria dos casos. Entre 4% e 14% dos assaltantes usam uma arma de fogo na Austrália, no Canadá ou na Inglaterra, enquanto que, nos Estados Unidos, menos da metade dos assaltantes (42%) usam armas de fogo.⁷ Um percentual menor de mau uso da arma de fogo pode não representar uma bênção. As pesquisas demonstram que as vítimas de assalto estão menos vulneráveis nos crimes em que o assaltante usa uma arma de fogo.⁸

Os crimes com arma de fogo podem dominar o noticiário, mas a violência envolvendo armas de fogo não é qualitativamente pior do que outra violência: ser espancado até a morte não é menos pavoroso do que ser morto baleado. Neste estudo, os Estados Unidos se notabilizam por ser o local onde a maioria dos assassinatos (63%) é cometida com armas de fogo, enquanto que, na Austrália, no Canadá ou na Inglaterra, relativamente poucos assassinos usam armas de fogo (9%–31%).⁹ Na Comunidade dos Países Britânicos, facas são, de modo geral, preferidas à revólveres, pelos assassinos.¹⁰ Por exemplo, pelo menos são cometidos tantos assassinatos com facas como com armas de mão no Canadá; na Austrália, duas vezes mais assassinatos são cometidos com facas do que com armas de mão (Dauvergne 2001: 8; Mouzos 2001).

Embora o suicídio não seja um crime violento, ele é, frequentemente, incluído na discussão da violência envolvendo armas de fogo. Relativamente poucas pessoas (entre 4% e 20%) usam armas de fogo para cometer suicídio nos países da Comunidade dos Países Britânicos aqui examinada. Como de hábito, os Estados Unidos é único, com um índice ligeiramente mais alto do que a metade dos suicídios envolvendo uma arma de fogo (56%). Não obstante o alto percentual de suicídios com arma de fogo, os Estados Unidos tem um índice total de suicídios mais baixo do que a Austrália ou o Canadá (Australian Bureau of Statistics 2002; Preville 2003; NCIPC 2003).

Não obstante os protestos em contrário, as armas de fogo não são mais letais do que outros meios

Tabela 1: Uma comparação internacional com relação ao uso de armas de fogo em crimes violentos

	Crime Violento	Homicídio	Assalto a Mão Armada	Suicídio	Acidentes
Estados Unidos (2001)	26%	63%	42%	56%	1%
Canadá (2001)	3%	31%	14%	20%	< 1%
Austrália (2001)	1% (est.)	14%	6%	12%	NA
Inglaterra/Gales (00/01)	1% (est.)	9%	4%	2%	NA

Nota: Esta tabela mostra a percentagem de cada categoria que envolve armas de fogo. Por exemplo, 26% dos crimes violentos nos Estados Unidos em 2001 foram cometidos usando uma arma de fogo.

Fontes: Federal Bureau of Investigation 2003; NCIPC 2003. Canadá: Kwing Hung, March 2003; Savoie 2002. Austrália: Australian Institute of Criminology 2003; Mouzos 1999, 2003; Reuter and Mouzos 2002. Inglaterra e Gales: Home Office 2001; Centre for Evidence Based Mental Health 2003.

Enforcamento e monóxido de carbono (por exemplo, usando o cano de escapamento de um automóvel) tem aproximadamente o mesmo índice de letalidade do que um disparo (Kleck 1991: 258). Vai parecer óbvio que quanto mais determinada esteja uma pessoa a cometer o suicídio, mais ele ou ela irá escolher uma forma eficaz de fazê-lo. Assim, como não há falta de alternativas letais disponíveis para uma pessoa que deseje acabar com a própria vida, restrições de acesso a qualquer dos métodos – por exemplo, armas de fogo ou trens do metrô – ainda deixam à disposição muitos outros métodos para atingir o mesmo fim.

Os acidentes envolvendo armas de fogo, não obstante a cobertura da mídia que costumam gerar, são bastante raros. Caracteristicamente, as armas de fogo são responsáveis por menos de 1% das mortes acidentais em qualquer país desenvolvido. Talvez essa raridade seja a razão da abordagem tão emocional da mídia. Os acidentes de automóvel são muito mais comuns e colocam em risco muito maior o público do que acidentes com arma de fogo e, no entanto, recebem, por parte da mídia, uma atenção bem menor ou nenhuma. Esse é, na verdade, um outro exemplo de que a cobertura por parte da mídia não indica a seriedade de uma ameaça.

“Morte por arma de fogo” é um falso chamariz, uma vez que ele congrega dois fenômenos distintos, homicídio e suicídio, para produzir um grande número, mas ilusório (Mauser and Stanbury 2003). Não é apropriado usar “morte por arma de fogo” para avaliar as leis concernentes às armas de fogo, por diversas razões. Em primeiro lugar, as armas não estão envolvidas no cerne da violência criminal, assim, “morte por arma de fogo” ignora muito da importância da avaliação da segurança pública. Em segundo, ainda que algumas pessoas usem de armas de fogo para cometer suicídio, suicidas por armas de fogo são a parte do leão das “mortes por arma de fogo” em países desenvolvidos. Por exemplo, 80% das mortes por arma de fogo no Canadá são suicídios, enquanto que 76% das mortes por arma de fogo na Austrália ocorrem por suicidas. Em terceiro lugar, há muito pouca sustentação para a reivindicação de que as leis relativas às armas de fogo de qualquer tipo reduzam o índice de suicídios (Kleck 1997: 288; Jacobs 2002: 6).

Em resumo, as medidas mais apropriadas para avaliar a segurança pública em geral, são medidas globais tais como o todo composto pelo crime violento ou homicídio. As leis relativas às armas de fogo certamente tentam reduzir a criminalidade cometida com arma de fogo, mas a questão mais importante é se a legislação das armas de fogo irão reduzir a violência criminal como um todo. Uma vez que os crimes por armas de fogo representam uma fração mínima da

violência criminal, a legislação será extremamente distorcida, particularmente nos Países da Comunidade Britânica, usar “crime com arma de fogo” ou “mortes por arma de fogo” para avaliar o impacto de qualquer legislação em defesa da segurança pública. Claramente, os crimes com armas de fogo poderiam diminuir por uma série de razões, enquanto o total da violência criminal aumenta simultaneamente. A parte principal deste artigo irá examinar a reivindicação de que o crime violento possa ser reduzido tendo como foco a redução dos crimes por armas de fogo.

Armas de fogo provocam assassinatos?

Os defensores do controle das armas de fogo gostam de asseverar que a disponibilidade das armas de fogo, de alguma forma podem tentar pessoas normais a se tornarem violentas e até a cometerem homicídios. Isto é falso. Essa reivindicação é analisada longamente em outro local, mas uns poucos pontos podem ser colocados resumidamente para ilustrar a precariedade dessa colocação (Kleck 1991: 205–06, 1997: 222– 24). Embora possa ser verdadeira a afirmativa de que todos temos o mal dentro de nossos corações, muito poucos dentre nós iriam matar alguém. O assassinato é um acontecimento raro e, o assassino típico não é normal e não pode, legalmente, carregar uma arma em quaisquer dos países aqui abordados.

No mundo desenvolvido, a grande maioria de proprietários de armas de fogo é de caçadores ou de praticantes de tiro ao alvo. No Canadá, por exemplo, como o demonstra a Tabela 2, mais de 2/3 dos donos de armas dizem que caçar é a razão principal de possuírem uma arma. Os donos de armas são cidadãos normais, conforme pode ser visto na Tabela 3. Comparados com a média dos canadenses, os donos de armas tendem a ser homens, relativamente mais velhos, ligeiramente menos bem educados, mas com uma renda mais alta do que a média.

É uma lenda que assassinos sejam pessoas “comuns”. Os assassinatos são, normalmente, cometidos por pessoa com desvio de caráter e uma estória de violência. É claro que não são esses os assassinatos que se transformam em manchetes. De acordo com a Statistics Canadá, o assassino típico no Canadá tem um extenso registro criminal, não podendo, legalmente, possuir armas de fogo, abusar de drogas ou álcool

Tabela 2: Razões alegadas para a posse de armas de fogo

Caça	73%
Tiro ao alvo	13%
Controle de roedores	8%
Coleção	6%
Proteção	5%
Outras	13%
Total	118%

Nota: O total excede 100% porque os entrevistados podiam indicar mais de uma razão para possuírem armas de fogo.

Fonte: Pesquisa GPC 2001: tabela 11

Tabela 3: Perfil dos donos de armas de fogo e a população em geral

Variáveis Demográficas	Donos de Armas de Fogo	População Geral Canadense
Gênero		
Masculino	88%	49%
Feminino	12%	51%
Idade		
18-34	15%	33%
35-54	49%	40%
Acima de 55	34%	27%
Instrução		
1º Grau ou menos	51%	43%
2º Grau/Algum Curso Acima	28%	28%
Universitário Completo	19%	30%
Não respondeu	2%	1%
Renda Familiar		
Abaixo de \$ 20.000	8%	15%
\$ 20.000 - \$ 39.000	24%	24%
\$ 40.000 - \$ 59.000	25%	19%
De \$ 60.000 em diante	33%	37%
Não respondeu	10%	15%

Fonte: Pesquisa GPC 2001: tabela 5.

Nota: Os totais podem não equivaler a 100% devido a arredondamento.

e estar desempregado. Dois terços dos assassinos canadenses têm um histórico criminal como adulto, bem como mais da metade das vítimas (Dauvergne 2002). Esses não são canadenses normais.

É importante notar que os crimes com arma de fogo estão limitados a um número bem pequeno de pessoas. No Canadá, por exemplo, estima-se que haja entre 2,3 a 4,5 milhões de proprietários legais de armas¹¹ Há por volta de 10.000 crimes violentos cometidos com arma de fogo, anualmente¹². Ainda que esses crimes sejam cometidos por proprietários legais de arma de fogo (eles não o são), isso ainda representaria menos de 1% de todos os proprietários de armas de fogo. O mesmo argumento, *a fortiori*, persiste com as armas de fogo; muito poucas armas sendo mal utilizadas. Há entre 7,9 e 15 milhões de armas de fogo no Canadá. Os mesmos 10.000 crimes a mão armada representam cerca de 1% do estoque total de armas de fogo.

Há entre 7,9 e 15 milhões de armas de fogo no Canadá. Os mesmos 10.000 crimes a mão armada representam cerca de um décimo de 1% do estoque total de armas de fogo.

Os defensores do controle de armas reiteram que todo crime com arma de fogo parte de uma arma legal. Isso é usado para sugerir que os portadores de armas legais (sabidamente ou não) estão provendo todas, ou quase todas as armas utilizadas para crimes violentos. Isto é falso. Primeiramente, a nível internacional, poucos países fabricam e distribuem armas de fogo presumivelmente a fim de promover o terrorismo. Nos países da Comunidade dos Países Britânicos, uma porcentagem muito pequena das armas de fogo utilizadas em crimes violentos jamais foi registrada no sistema de cadastramento. Por exemplo, na Inglaterra e no País de Gales, entre 13% e 16% das armas usadas em homicídio jamais foi registrada (Home Office 2001: tabela 3D). No Canadá, o número de armas de fogo de mão registradas e utilizadas em um homicídio é estimado em 8%¹³. Na Austrália, a parcela é também bem pequena: apenas 10% das armas usadas em um homicídio jamais estiveram no sistema.¹⁴ Tampouco o roubo é a origem primeira das armas de fogo utilizadas nos homicídios nos Estados Unidos (Kleck 1997:94).

Uma vez que as armas roubadas estão envolvidas em violência criminal, é necessário que se examine os roubos do arsenal militar ou da polícia, bem como os roubos a indivíduos. Uma porção calculável do estoque de armas de fogo no Canadá está nas mãos das autoridades, e essas armas estão estocadas em grandes arsenais que nem sempre estão tão bem guardados quanto deveriam. É extremamente difícil estimar-se quantos roubos acontecem anualmente nos arsenais oficiais, uma vez que as estatísticas não estão acessíveis. Ainda assim, podemos especular que as armas de fogo roubadas da polícia ou dos militares provavelmente representam um importante percentual das armas utilizadas nos crimes. A nível internacional, uma das maiores fontes de armas de fogo para atividades criminais é o contrabando de fontes tais como os depósitos militares dos países comunistas decadentes (Landesman 2003; Polsby and Kates 1997; Rummel 1994).

Em resumo, tentei mostrar aqui que não é razoável imaginar que as armas de fogo levem pessoas normais a cometer homicídios ou qualquer outro crime violento. O criminoso típico não é normal e não pode ter uma arma de fogo legal em qualquer um dos países de que tratamos aqui. Há tão poucos crimes comparados com o número de armas de fogo em qualquer um dos países aqui considerados que, se armas de fogo levam as pessoas a matar, estas pessoas não estão fazendo um bom trabalho.

Inglaterra e País de Gales

Há mais de 15 anos, a política de armas de fogo no Reino Unido tem sido direcionada por uma cobertura sensacionalista dos assassinos com armas de fogo. Primeiramente, em agosto de 1987, a cidadezinha de Hungerford, na Inglaterra, foi alvo, durante oito horas, de um sujeito desequilibrado que matou pessoas, aparentemente por impulso. Quando a matança terminou, Michael Ryan tinha assassinado 16 pessoas e ferido outras 14, antes de atirar contra si mesmo (Malcolm 2002: 201). A atenção da mídia focou-se, quase que exclusivamente, em como uma pessoa como aquela havia conseguido obter armas de fogo legalmente, embora outros fatos, ainda que tardiamente analisados, fossem muito mais impressionantes. O público não ficou chocado porque a polícia desarmada não pode fazer nada para freá-lo e tampouco que ninguém na cidade tenha tido vontade ou meios para resistir.

Quase 10 anos depois, em 1996, em Dunblane, Escócia, Thomas Hamilton, que era conhecido como sendo mentalmente instável pela polícia, foi até uma escola primária com suas duas armas de mão, legalmente registradas, e assassinou 16 crianças e sua professora. Antes de se matar, ele feriu outros 10 estudantes e três professores (Malcolm 2002: 203). A mídia mostrou-se ultrajada porque os cidadãos na Grã-Bretanha podiam possuir armas de fogo, e não porque a polícia tenha deixado de seguir as regras para entregar ao assassino um certificado de porte de arma. De acordo com a informação apresentada à Cullen Commission, Hamilton havia sido recusado como sócio em diversos clubes de tiro, o que obrigou a polícia a revogar seu porte. A polícia não agiu diante dessas queixas (Cullen 1996).

O Decreto das Armas de Fogo (Emenda) de 1988 foi trazido pelo partido Conservador após o incidente em Hungerford e o Decreto das Armas de Fogo (Emenda) de 1997, que baniu todas as armas de mão, foi introduzido pelo partido Trabalhista logo após o tiroteio em Dunblane, em 1996 (Greenwood 2001; Munday e Stevenson 1996). Infelizmente essas regras draconianas relativas às armas de fogo, não refrearam o crime (see Malcolm 2002). A estatística policial demonstra que a Inglaterra e o País de Gales estão enfrentando uma séria onda de crimes. Em contraste com a América do Norte, onde a taxa

de homicídios vem caindo há mais de 20 anos, o índice de homicídios na Inglaterra e no País de Gales tem crescido nesse mesmo período. Apenas nos anos 90, o índice de homicídios pulou para mais de 50%, indo dos 10 por milhão de habitantes, para 15 por milhão em 2000 (Home Office 2001)¹⁵.

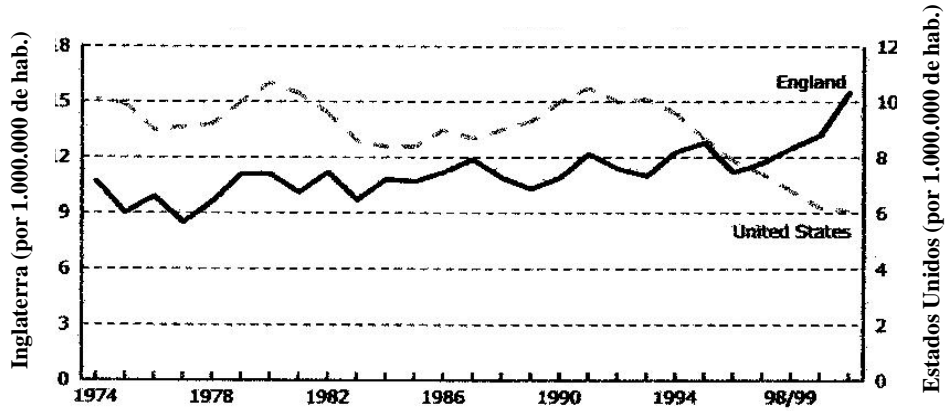
As estatísticas policiais demonstram que o crime violento em geral, aumentou desde o final dos anos 80 e, de fato, desde 1996, tornou-se mais sério do que nos Estados Unidos (tabela 2)¹⁶. A taxa de crimes violentos em geral pulou de 400 por 100.000 habitantes em 1988, para 1.400 por 100.000 em 2.000. (Um montante não conhecido deste aumento recente pode ser atribuído à mudanças nas regras de arquivamento em 1998 e 1999). Em contraste, não apenas as taxas de crimes violentos decresceram nos Estados Unidos, como estão continuando a cair (Home Office 2001; Federal Bureau of Investigation 2003: tabela 1).

O crime contra a propriedade também cresceu seriamente desde o início dos anos 80. Embora o índice de crimes contra a propriedade tenha decrescido um pouco nos anos 90, ele ainda é mais alto do que em 1997, acima de 8.000 por 100.000 habitantes do que era em 1982, cerca de 6.000 por 100.000) (tabela 3). Em contraste, o índice de crimes contra a propriedade está baixando nos Estados Unidos (Home Office 2001; Federal Bureau of Investigation, 2003).

Os índices de suicídio estacionaram um pouco na Inglaterra e no País de Gales (tabela 4). Em 1989 os índices de idade padrão de mortalidade por suicídio de todos os tipos era de 10 por 100.000 habitantes e, em 1999, está agora em 9,5 por 100.000. Da mesma maneira, os índices de suicídio nos Estados Unidos também declinaram – indo de 12,4 para 10,7 por 100.000 habitantes — ainda que o número de proprietários de armas de fogo tenha crescido (McIntosh 2000).

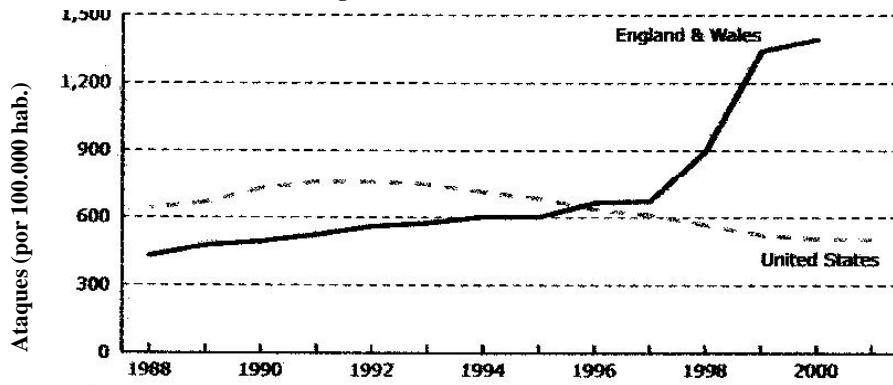
O Home Office também pressionou com relação ao cumprimento dos regulamentos de tal forma que a legitimidade da comunidade de tiro esportivo foi virtualmente destruída. Por exemplo, as licenças para espingardas caíram em quase 30% desde 1988x(Greenwood 2001) (tabela 5). O British Home Office admite que apenas uma arma de fogo em 10 usadas em homicídios tenha tido seu uso legalizado (Home Office 2001) (tabela 6). Mas, há pouca pressão vinda dos círculos burocráticos e governamentais para que a polícia deixe de desarmar cidadãos responsáveis.

Figura 1: Índice de homicídio – Inglaterra e Estados Unidos (1974 – 2000/2001)



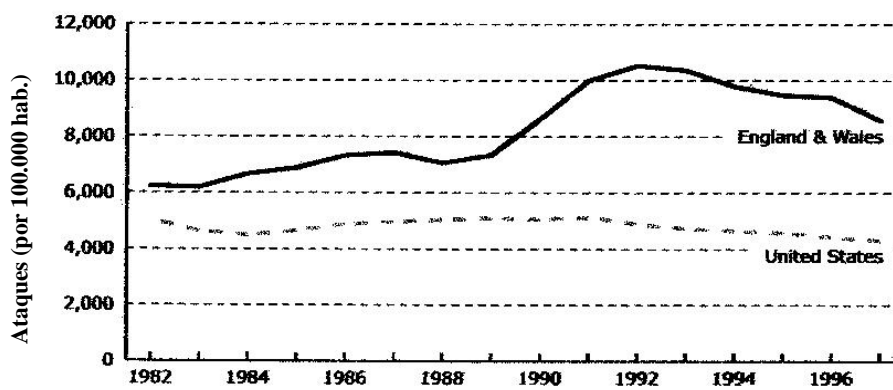
Sources: Home Office 2001; Federal Bureau of Investigation 2003.

Figura 2: Índice de crimes violentos – Inglaterra e Estados Unidos (1988-2001)



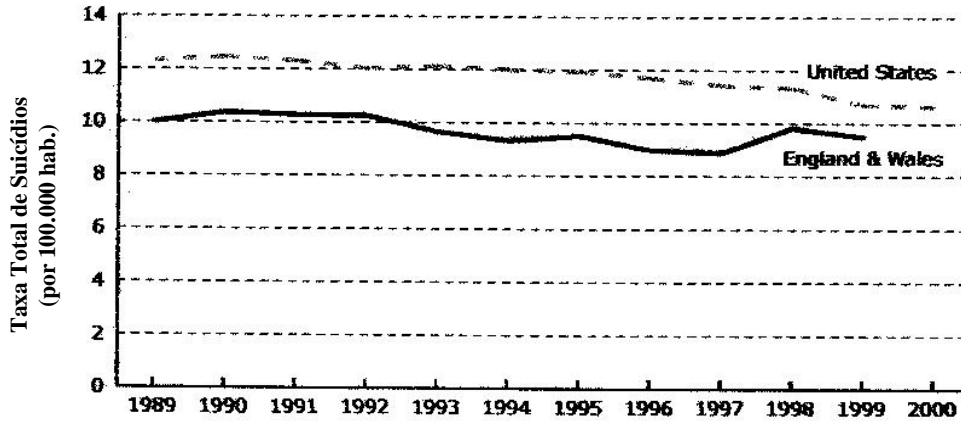
Sources: Home Office 2001; Federal Bureau of Investigation 2003.

Figura 3: Índice de crimes contra a propriedade – Inglaterra e Estados Unidos (1982-



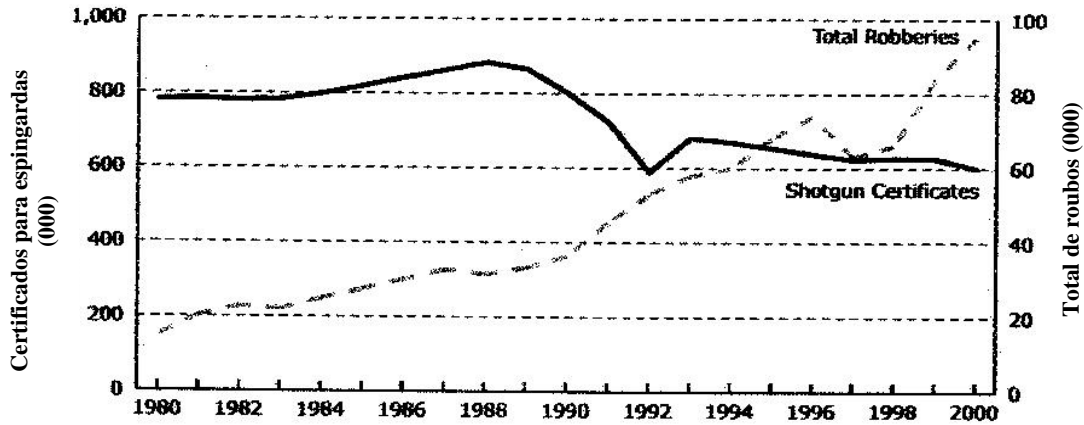
Sources: Home Office 2001; Federal Bureau of Investigation 2003.

Figura 4: Índice de suicídios – Inglaterra e Gales comparados aos Estados Unidos



Sources: NCIPC 2003; National Statistics 2003.

Figura 5: Aumento dos roubos comparado ao declínio de certificados expedidos para espingardas – Inglaterra & Gales

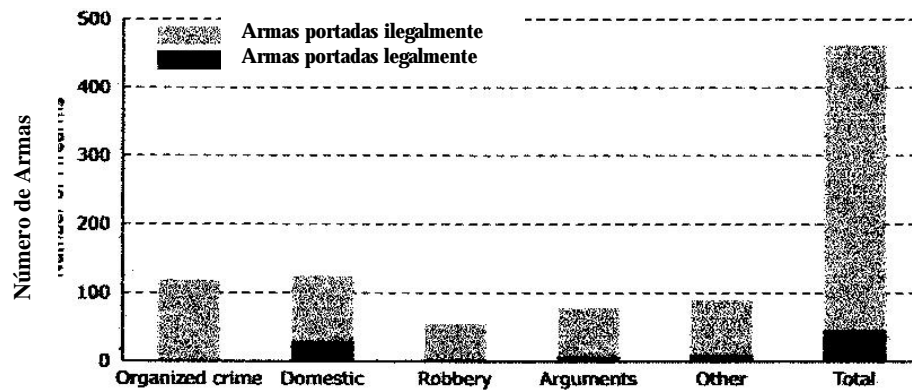


Claramente, não há evidências de que as leis das armas de fogo fizeram com que houvesse uma queda no índice de crimes violentos. As leis relacionadas com as armas de fogo podem inclusive ter causado um aumento na violência criminal através do desarmamento geral do público. A despeito de ter banido e confiscado todas as armas de mão, o crime violento – e o crime com armas de fogo – continua a crescer. O número de crimes violentos envolvendo armas de mão aumentou de 2.600 em 1997/1998 para 3.600 em 1999/2000. O crime com armas de fogo aumentou em 200% na década passada.

Austrália

A publicidade envolvendo um assassinato múltiplo desencadeou as recentes mudanças na política australiana em relação às armas de fogo. Em Port Arthur, Tasmânia, em 28 de abril de 1996, Martin Bryant, um homem mentalmente perturbado, entrou em um tumulto, matando todos que encontrou pela frente. A mídia, depois disso focou quase que exclusivamente o fato do assassino ter feito uso de armas semi-automáticas do tipo usado pelos militares. A polícia chegou, cercou o edifício já isolado, e começou a negociação. Quando ele tentou fugir, foi rapidamente capturado (Bellamy 2003). Ao todo, ele matou 35 pessoas e feriu seriamente outras 18. Ele foi julgado e sentenciado à prisão perpétua (Guirguis 2003). A confusão, sobre muitos dos detalhes deste incidente, permanece; inclusive

Figura 6: Status legal de armas de fogo usadas em homicídios – Inglaterra e Gales (1992-1998)



Nota: Das armas de mão legais, 11 foram roubados dos donos, e, um deles, tornou-se vítima dele. (p. 66).

Fonte: Home Office 2001: tabela 3D.

sobre como Bryant ficou de posse das armas que usou e se a atitude da polícia foi ou não a mais adequada. Jamais uma Royal Comissão examinou o incidente. A mídia voltou-se para o tipo de armas de fogo utilizadas em Port Arthur desviou a atenção do público quanto aos procedimentos da polícia.

No rastro das manchetes exageradas da matança na Tasmânia, em 1997 o governo australiano providenciou mudanças cabais na legislação concernente às armas de fogo. A nova não só controla as armas de fogo trazidas, como incluiu a proibição e confisco de mais de 600.000 armas semi-automáticas “estilo militar” de seus donos legais, bem como uma nova regulamentação para licença e registro das mesmas (Lawson 1999; Reuter e Mouzos 2002).

Infelizmente, essa nova regulamentação sobre armas de fogo não parece ter tornado as ruas da Austrália mais seguras. Veja os índices de homicídio. O homicídio envolvendo armas de fogo está caindo mas se os índices totais permaneceram basicamente estacionários de 1995 até 2001 (Mouzos 2001). Entretanto, relatórios recentes mostram que a taxa nacional de homicídios pode ter começado a aumentar novamente. Mouzos (2003) relata que os homicídios em 2001/2002 cresceram em 20% desde 2000/2001. Ela também relata que, não obstante o declínio dos homicídios com armas de fogo, há um aumento no número de vítimas de múltiplos incidentes. O índice de homicídios permanece em uma alta histórica. Pouco tempo após a Segunda Guerra Mundial, a taxa australiana de homicídios era de cerca de 1 por 100.000 habitantes. Desde então, ela tem aumentado até atingir seu pico de 2,4 por 100.000 habitantes, em 1988. (Graycar 2001).

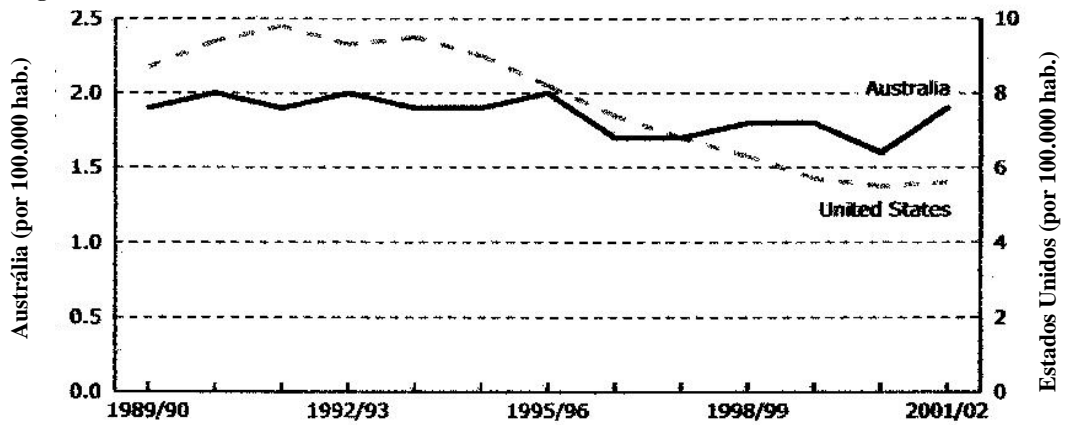
O declínio no índice de homicídios nos

Estados Unidos destaca-se em relação ao índice estacionário – ou até mesmo crescente – do mesmo índice na Austrália (tabela 7). A divergência entre a Austrália e os Estados Unidos fica mais evidente ainda se considerarmos os crimes violentos (tabela 8). Enquanto os crimes violentos decrescem nos Estados Unidos, eles continuam a aumentar na Austrália. Nos últimos 6 anos, tanto o assalto quanto o roubo não deram sinais de decréscimo (Australian Institute of Criminology 2003) (tabela 9). É muito cedo para dizer se o banimento das armas de fogo exacerbou o problema ou simplesmente não surtiu qualquer efeito.

As recentes mudanças na lei das armas de fogo parecem não ter tido qualquer impacto sobre a taxa de suicídios (Australian Bureau of Statistics 2001) (tabela 10). Não obstante as novas proibições e as recompras de armas de fogo, o índice de suicídios na Austrália continua a crescer. Isso contrasta com o suave declínio das taxas de suicídio nos Estados Unidos ainda que a disponibilidade de armas de fogo continue a crescer.

A destruição das armas confiscadas custou aos contribuintes australianos uma quantia estimada em \$AUS500 milhões e não teve qualquer impacto visível sobre o crime violento (Lawson 1999). Os custos não incluem os da burocracia que, como foi mostrado no Canadá, podem ser consideráveis. As taxas de roubos e assaltos a mão armada continuam a crescer. Os roubos e assaltos a mão armada aumentaram em 166% em todo o país – pulando de 30 por 100.000 habitantes em 1996, para 50 por 100.000 em 1999 (Australian Institute of Criminology 2001; Mouzos e Carcach 2001). A taxa de homicídio não declinou e a parcela de homicídios com armas de mão dobrou nos

Figura 7: Índice de homicídios – Austrália e Estados Unidos



Sources: Australian Institute of Criminology 2003; Federal Bureau of Investigation 2003; table 1:

Figura 8: Índice de crimes violentos – Austrália

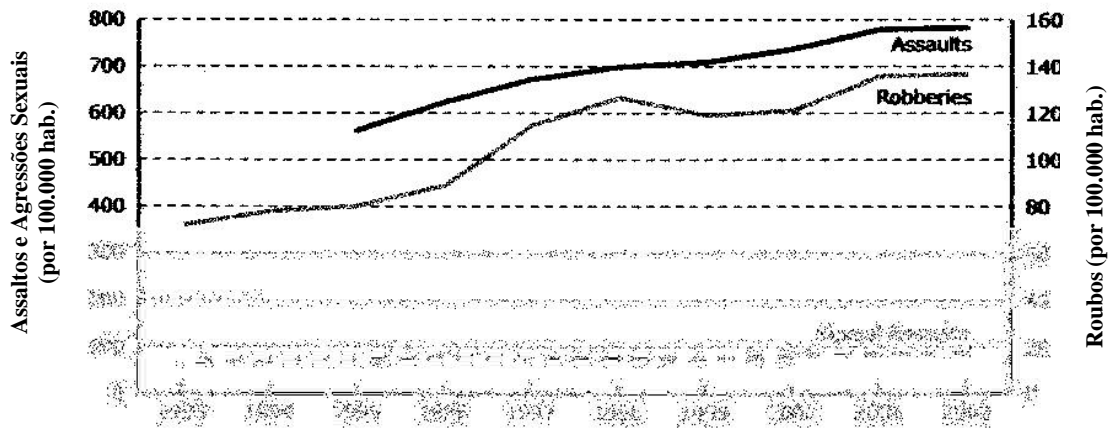


Figura 9: Índice de roubos – Austrália e Estados Unidos

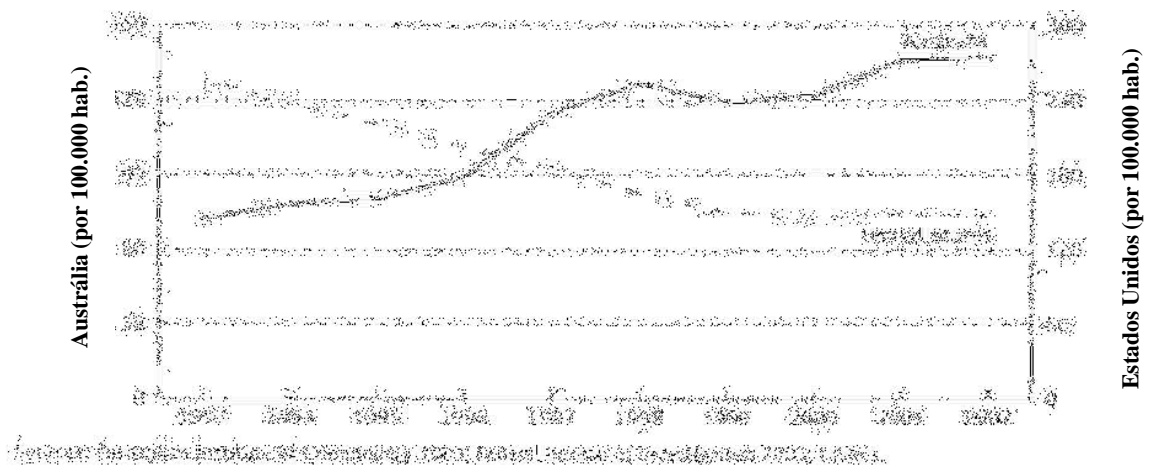
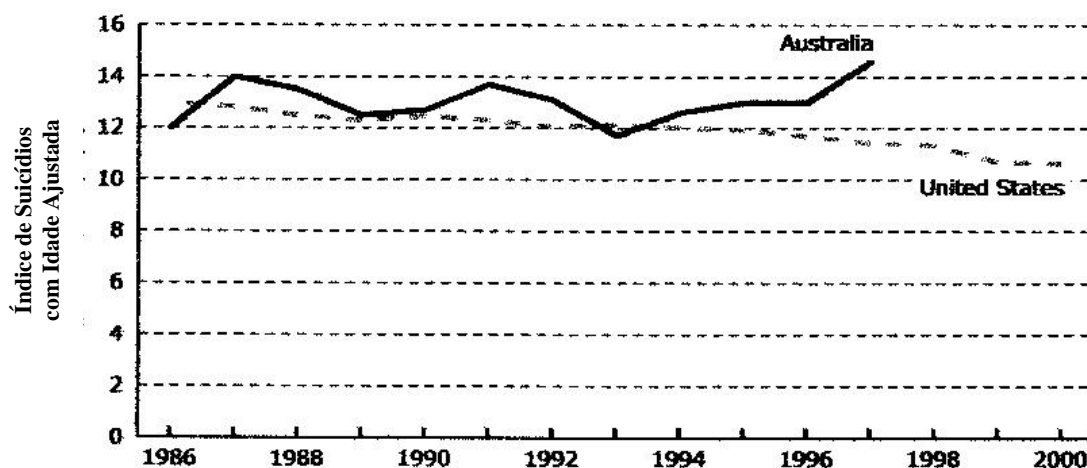


Figura 10: Índice de suicídios – Austrália e Estados Unidos



Fonte: Australian Bureau of Statistics 2002; NCIPC 2003

últimos cinco anos (Mouzos 2001). A solução proposta para o insucesso dos regulamentos com relação às armas de fogo é banir as armas de mão, ainda que, assim como na Grã-Bretanha e no Canadá, poucas armas usadas em homicídios têm porte legal; em 1999/2000 apenas 12 das 65 (18%) foram identificadas como sendo mal usadas por seu dono legal (Mouzos 2001).

Canadá

Como em outros países, recentes mudanças na política relativa às armas de fogo foram precipitadas pelo frenesi da mídia devido aos assassinatos múltiplos. Em 6 de dezembro de 1989, Marc Lepine, nascido Gamil Gharbi, foi ao campus da Universidade de Montreal, onde ele vagou entre as paredes do prédio da Engenharia, matando pessoas com as quais cruzava, gritando seu ódio contra as feministas. Em uma sala de aula, depois de mandar para fora os homens, ele atirou contra as mulheres que sobraram. Ao todo, ele matou 14 mulheres e feriu outros 13 estudantes, inclusive quatro rapazes, antes de, finalmente, se matar (Jones 1998). Embora ele tivesse encontrado quase cem estudantes e pelo menos três professores, ninguém tentou deter o assassino. A maioria fez o que ele mandou fazer.

Uma investigação feita por um médico-legista de Montreal, criticou severamente a polícia por suas atitude inadequada (Mac-Donald 1990). A polícia nem ao menos chegou antes de terminar a matança. Depois de levar meia hora para chegar até a universidade, a polícia não conseguia descobrir qual era o prédio da Engenharia. O laudo do médico legista afirmou que o tipo de arma usado não era um fator significativo nos

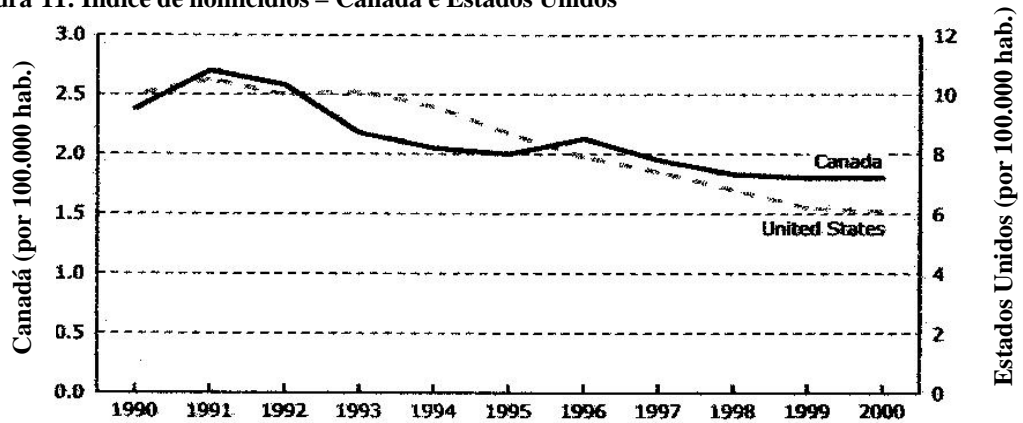
assassinatos. Não obstante, ativistas usaram esse crime horrendo para lançar uma campanha que promoveu restrições mais severas como a forma de proteger mulheres da violência masculina e, como resultado, o Canadá promoveu sua segunda mudança total em relação às armas de fogo, a primeira em 1991, durante o governo dos Conservadores e, novamente, em 1995, antes mesmo que as primeiras modificações tivessem sido completamente implementadas, no governo dos Liberais. A Legislação de 1995, referente às Armas de Fogo, está, ainda, sendo implementada.

O governo canadense faz uso da queda na taxa de homicídios e também na de crimes violentos, para apoiar a reivindicação de que as leis sobre armas de fogo estão trabalhando na redução da violência criminal. Infelizmente para este argumento, a taxa de homicídios está caindo tão rapidamente ou mais, nos Estados Unidos (tabela 11), onde, durante o mesmo lapso de tempo, mais de 25 estados implantaram leis menos restritivas em relação às armas de fogo. A taxa de homicídios nos Estados Unidos caiu de 10,5 por 100.000 habitantes em 1991, para 6,1 por 100.000 habitantes, enquanto a do Canadá caiu de 2,7 para 1,8 por 100.000 habitantes.

O contraste entre a taxa de violência criminal nos Estados Unidos e a do Canadá, é muito mais dramática (tabela 12). Durante a década passada, a taxa canadense de crimes violentos aumentou, enquanto a dos estados Unidos, no mesmo período, caiu de 600 para 500 por 100.000 habitantes (Gannon 2001).¹⁷

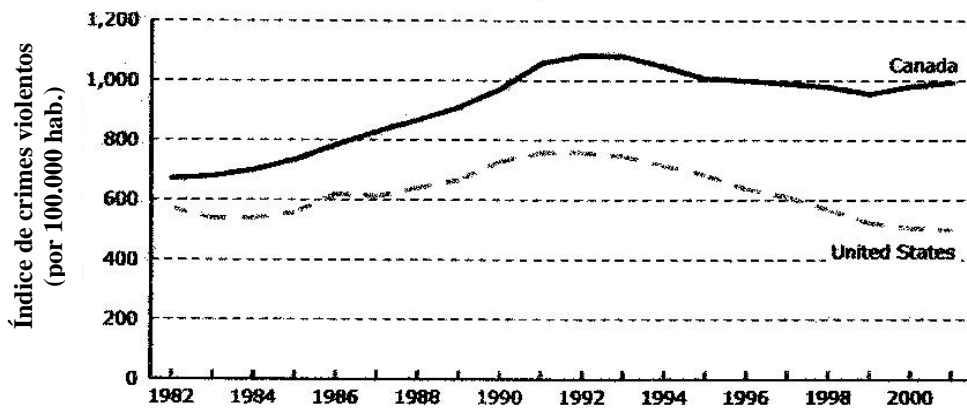
Estudos econométricos minimizam a argumentação de que a taxa de homicídios no Canadá tenha diminuído em função da legislação relativa às armas de fogo. Isso é claramente

Figura 11: Índice de homicídios – Canadá e Estados Unidos



Sources: Kwong Hung 2003; Federal Bureau of Investigation 2003: table 1.

Figura 12: Índice de crimes violentos – Canadá e Estados Unidos



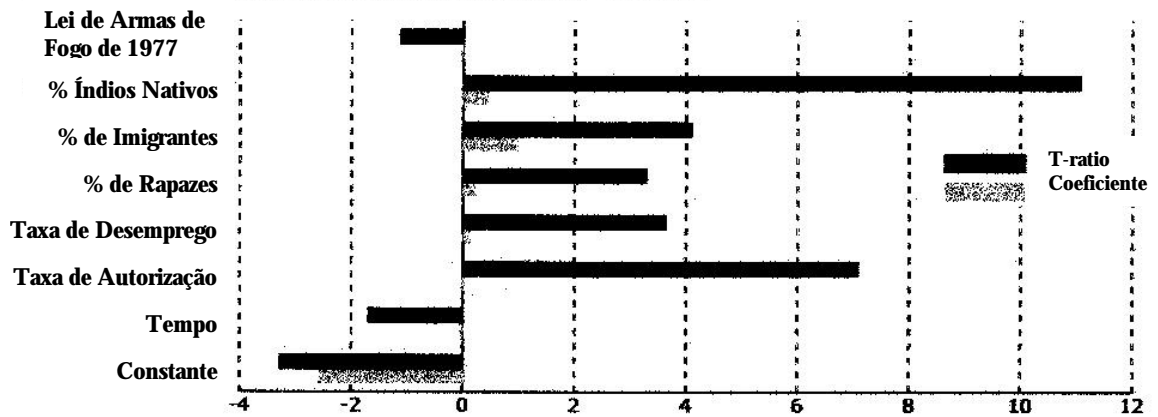
Sources: Savoie 2002; Federal Bureau of Investigation 2003: table 1.

verificado em um estudo que fizemos, o Professor Richard Holmes e eu, onde descobrimos que a legislação referente às armas de fogo não tiveram impacto significativo na taxa de homicídios (Mauser e Holmes 1992) (tabela 13). Nesse estudo, analisamos o efeito de seis variáveis independentes na taxa de homicídios de cada província, de 1968 até 1988. A extensão das linhas horizontais indica a força das variáveis independentes. Linhas que se estendem para a direita são associadas positivamente com a taxa de homicídios, enquanto que as que se estendem para a esquerda são negativamente associadas. Qualquer T-ratio acima de 1,65 é estatisticamente significativa. Como hipotetizado, a Lei sobre Armas de Fogo é negativamente associada com a taxa canadense de homicídios, embora não significativamente. As outras variáveis independentes seguem todas na direção esperada, e significativa.

Tampouco a legislação sobre armas de fogo agiu

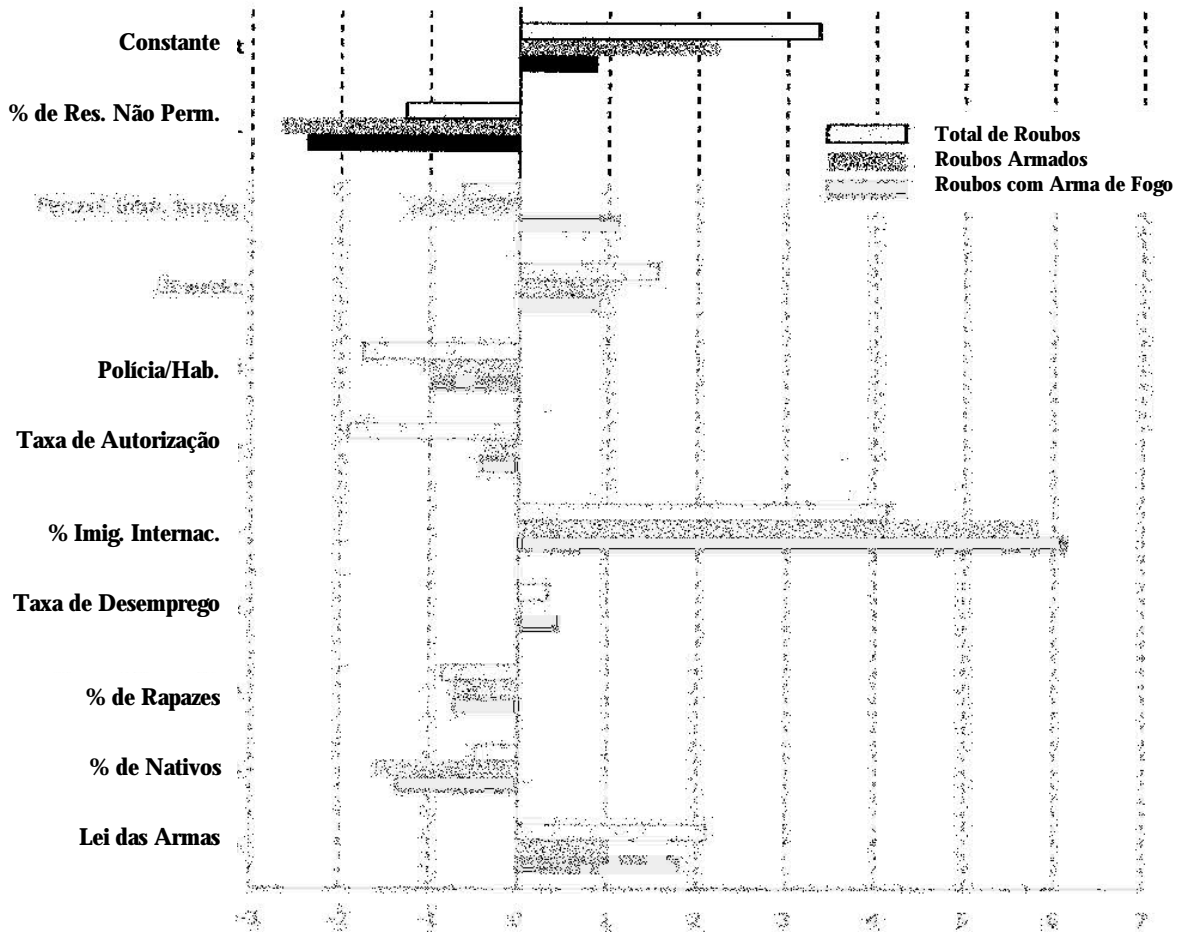
no sentido de reduzir outros crimes violentos. O Professor Dennis Maki e eu demonstramos que as leis canadenses sobre armas podem, inclusive, ter causado o aumento nos assaltos a mão armada (Mauser e Maki 2003). Nesse estudo, nós analisamos o impacto de nove variáveis independentes sobre três dependentes variáveis: (a) assaltos a mão armada, (b) assaltos a mão armada envolvendo armas de fogo e (c) total dos assaltos em cada província de 1974 até 1992. Analisamos cada uma das variáveis dependentes separadamente (tabela 14). Como na tabela 13, a extensão das linhas horizontais indica a força das variáveis independentes. As linhas que se estendem para a direita são associadas positivamente com a dependente variável, enquanto as que se estendem para a esquerda são associadas negativamente. Qualquer T-ratio acima de 1,65 é estatisticamente significativa. Os resultados das três análises são bastante similares. O poder da análise econométrica é

Figura 13: Avaliando a Lei Canadense de Armas de Fogo de 1977 - Homicídios



Sources: Mauser and Holmes 1992.

Figura 14: Avaliando a Lei Canadense de Armas de Fogo de 1977 - Roubos



Sources: Mauser and Holmes 1992.

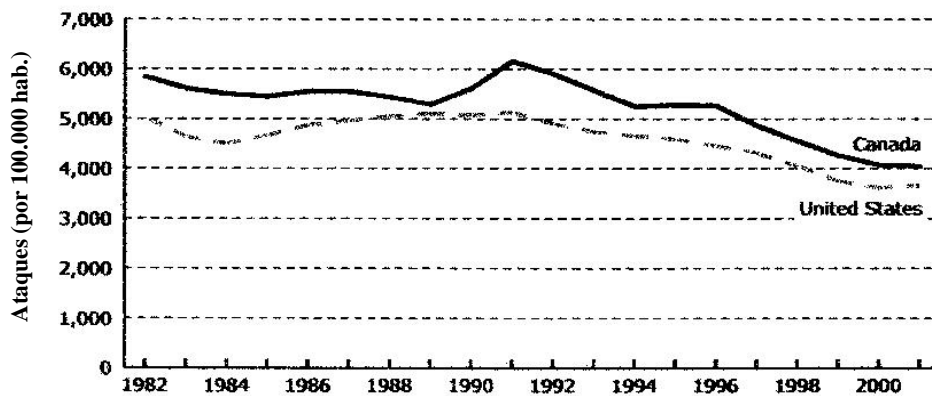
o modelo conta para os outros fatores mais importantes e co-variáveis. O Professor Maki e eu descobrimos que, uma vez que decompussemos os efeitos das outras variáveis, a lei canadense sobre armas ainda tinha um efeito significativo. Infelizmente, esse efeito era positivo, o que equivale a dizer que a lei agiu no sentido de aumentar a violência criminal. Tendências praticamente idênticas são verificadas nas taxas dos crimes contra a propriedade, que têm diminuído tanto no Canadá como nos Estados Unidos (tabela 15).

As taxas de suicídio estão estáveis no Canadá, enquanto que, no mesmo período, elas têm declinado nos Estados Unidos (tabela 16). Não obstante a queda envolvendo os suicídios com armas de fogo, nenhum outro impacto pode ser visto no índice total de suicídios no Canadá, que, recentemente, voltou a crescer (Preville

2003). A falta de ligação é um dos pontos obscuros pelo factóide enganador da “morte por arma de fogo”. Ao criar esse amálgama pseudo-científico do suicídio, homicídio e mortes acidentais, ativistas anti-armas de fogo impedem uma compreensão séria da ilação política governamental e o mau uso das armas de fogo.

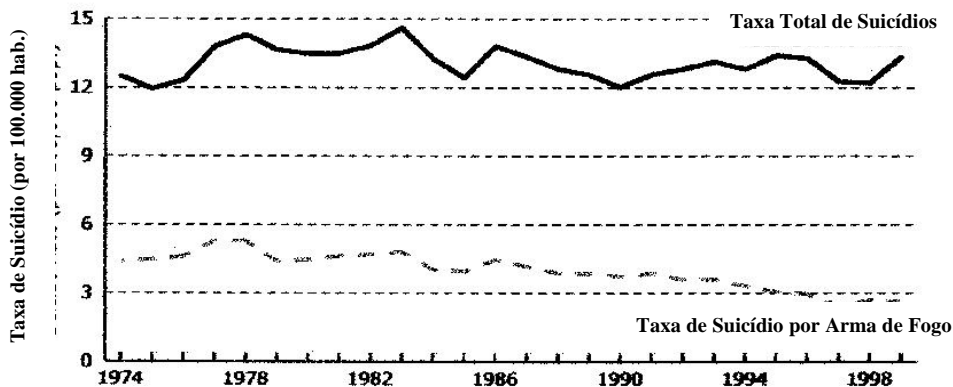
A experiência canadense com as normas relacionadas com as armas de fogo está se tornando uma farsa. Embora tenha sido apregoado inicialmente que este experimento custaria apenas 2 milhões de dólares canadenses, a Auditoria Geral reportou que o esforço para registrar todas as armas de fogo tinha atingido 1 bilhão de dólares canadenses. Os custos finais são desconhecidos mas, se os custos da imposição forem computados, podemos estimar em 3 bilhões de dólares canadenses até agora.

Figura 15: Índice de crimes contra a propriedade – Canadá e Estados Unidos



Sources: Savoie 2002; Federal Bureau of Investigation 2003: table 1.

Figura 16: Índice total de suicídios e taxa de suicídios por arma de fogo - Canadá



Source: Preville 2003.

Conclusão

Essa breve revisão na legislação sobre armas de fogo demonstra que desarmar o público não reduziu a violência criminal em qualquer um dos países aqui examinados: nem na Grã-Bretanha, nem no Canadá e nem na Austrália. Em todos os casos, desarmar o público tem sido ineficaz, dispendioso e, freqüentemente contra-producente. Em todos os casos, os meios envolveram a estruturação de dispendiosas burocracias que não só não redundaram em qualquer melhoria visível para a segurança pública como tornaram a situação pior. Os resultados desse estudo são consistentes com outra pesquisa acadêmica, de que a maior parte das leis relacionadas com armas de fogo não tem qualquer efeito mensurável sobre o crime (Kleck 1997: 377; Jacobs 2002). Conforme eu demonstrei em outro local (Mauser 2001a),

a história do controle de armas tanto no Canadá como na Comunidade dos Países Britânicos demonstra o terreno pantanoso que é aceitar até mesmo a aparentemente mais benigna das medidas relativas ao controle de armas de fogo. Em cada etapa, o governo ou restringiu o acesso às armas de fogo ou proibiu e confiscou arbitrariamente as mais comuns dentre elas. No Canadá, o registro demonstrou não ser mais do que um possível confisco. Da mesma forma, os poderes de busca da polícia aumentaram. A expansão dos poderes estatais de busca e apreensão deve ser levada muito seriamente por todos os civis partidários do livre arbítrio, preocupados com a erosão dos direitos individuais dos canadenses. As instituições democráticas canadenses podem também ter sido prejudicadas pela transferência do que muitos poderiam considerar os poderes legislativos, tanto da polícia como do gabinete sob a legislação das armas de fogo.

O registro de arma de fogo viola também as regras básicas da política estabelecida em 1820 por Sir Robert Peel, o fundador da primeira força policial profissional, os British Bobbies. Para que as leis sejam efetivamente reforçadas, a polícia deve contar com o apoio dos cidadãos a serem policiados. Entretanto, a experiência em diversos países demonstra que a resistência passiva ao registro de armas de fogo está se espalhando. Ao invés de se enxergar o controle de armas como uma política de resposta aos crimes violentos, é mais útil vê-la como o produto do conflito entre as culturas urbana e

rural (Kleck 1996). Semelhante ao movimento de temperança, foi uma tentativa de imposição dos valores rurais sobre os residentes urbanos, os registros de armas de fogo podem ser vistos como uma tentativa dos cidadãos urbanos de impor seus valores culturais sobre o resto da sociedade.

A demonização da população média que, por acaso, tem uma arma, apóia-se no fundamento para um aumento da massiva intromissão governamental nas vidas dos cidadãos comuns. As liberdades e privilégios canadenses de há muito conquistadas estão ameaçadas pelo registro das armas de fogo e a licença para seu possuidor. O tipo de controle de arma de fogo que o Canadá pôs em prática não é consistente com muitos dos princípios democráticos e a proteção das liberdades civis individuais. Entretanto, o Canadá está encabeçando um movimento nas Nações Unidas, para a imposição de um regime similar de restrições draconianas ao redor do mundo.

Desarmar o público aumenta enormemente o cinismo a respeito do governo em grande parte da população, diminuindo sua vontade de cooperar com outras futuras regulamentações que podem ser ainda mais práticas. O sentimento de alienação cresce com a severidade das restrições e com a ineficácia de seu resultado. Infelizmente, a política exige que as regras presentes irão continuar e, mais importante, não serão examinadas de modo crítico. Essa última constatação é uma garantia do aumento da futura alienação.

As coisas irão piorar, conforme a massa da mídia for lentamente se apercebendo que seu apoio ao banimento das armas foi mal direcionado, e começar a desviar sua atenção para as enormes cifras de dinheiro que terão sido desperdiçadas em busca de um sonho de uma engenharia social, que estava condenada desde o princípio.

Apenas os Estados Unidos testemunharam uma queda dramática na violência criminal na década passada. O sistema de justiça dos Estados Unidos difere em muitos pontos em relação ao sistema da Comunidade dos Países Britânicos, mas uma das razões importantes para a queda no índice dos crimes violentos pode ser a de que cidadãos responsáveis estão cada vez mais levando consigo armas de mão disfarçadas (Lott 2000). Em contraste, as autoridades da Comunidade dos

dos Países Britânicos insiste no monopólio da força. Se a meta é deter a violência criminal, talvez seja o momento da Comunidade dos Países Britânicos encorajar mais a autoconfiança individual.

As leis sobre armas podem não reduzir os crimes violentos, mas a violência criminal causa as leis relacionadas com armas – no mínimo, a boa divulgação dos crimes o faz. A única vencedora neste drama é a burocracia. O restante de nós perde a liberdade bem como a segurança. É uma ilusão pensar que mais retoques na lei irão proteger o público, uma vez que lei alguma, não importa quão restritiva seja, poderá proteger-nos de pessoas que decidam cometer crimes violentos.

Criminosos sempre existiram e sempre ameaçaram as pessoas. O assassinato foi ilegal desde sempre, há milhares de anos: basta lembrarmos da saga de Caim e Abel. A mídia das massas acha que crimes com armas de fogo rendem mais notícias, mas assassinatos múltiplos de civis por incendiários têm, historicamente, causado mais mortes do que incidentes com armas de fogo. A verdade é que vivemos em um mundo perigoso, e que o governo não pode nos proteger, se não por qualquer outra razão, pelo fato de que a polícia não pode ser onipresente. Em última instância, devemos confiar em nós mesmos e é apenas correto que possamos contar com as ferramentas necessárias para fazê-lo.

Notas

- 1** Talvez os mais conhecidos sejam Gary Kleck (1997: 377) e Colin Greenwood (1972: 240) mas colocações semelhantes têm sido feitas por James B. Jacobs (2002), Peter Reuter e Jenny Mouzos (2002) em sua apresentação na American Society of Criminology .
- 2** Há poucas evidências de que as leis contra armas de fogo tenham sido eficazes. Por exemplo, Joyce Malcolm (2002) demonstra, de modo convincente, que as leis inglesas relacionadas com armas de fogo saíram pela culatra e estão, de fato, causando o aumento dos crimes com armas de fogo e crimes violentos.
- 3** Para uma discussão mais ampla das diferenças nos mais diversos países, inclusive os Estados Unidos, consulte Kopel 1992.
- 4** Estes pontos tem sido mais abordados por Patrick Langan e David Farrington (1998), que comparam os sistemas de justiça criminal nos Estados Unidos com o da Inglaterra e o do País de Gales. Marie Gannon também compara as taxas de crimes nos Estados Unidos e Canadá.
- 5** Consulte John Lott 2000, 2003. Não obstante terem sido alvo de severos escrutínios empíricos pelos críticos, suas asserções básicas ainda se sustentam.
- 6** Essas tendências nos dados do Uniform Crime Reports (UCR) no site do FBI, Federal Bureau of Investigation (<http://www.fbi.gov/ucr/ucr.htm>).
- 7** É importante lembrar que os Estados Unidos têm sido um país violento desde há muito. Alguns observadores acreditam que isso se deva aos problemas sempre presentes de racismo e pobreza. Como foi mencionado anteriormente, a questão alvo de estudos neste artigo é a eficácia da recente legislação sobre armas de fogo, não de diferenças básicas, históricas ou culturais entre os países.
- 8** Gary Kleck (1997: 238) especula que uma das razões para isso seja que, o assaltante com um revólver pode exigir a conivência de sua vítima, sem que precise machucá-la primeiro.
- 9** Os Estados Unidos não é o mais violento dos países desenvolvidos no mundo. Essa distinção pertence à Rússia, que tem uma taxa de assassinatos duas ou três vezes mais alta do que a dos Estados Unidos, ainda que suas leis draconianas relacionadas com armas de fogo sejam extremamente reforçadas. (Miron 2001: 624).
- 10** A Jamaica é uma brilhante exceção: a despeito das leis draconianas sobre armas de fogo, estas são usadas em cerca de dois terços de todos os homicídios e em quase metade de todos os assaltos Edwards 1999: 30).
- 11** O Canadian Justice Centre afirma oficialmente que há 2,3 milhões de proprietários de armas de mão no Canadá; minha estimativa (2001b) é de que haja 4,5 milhões de proprietários de armas de mão.
- 12** Essa estimativa está baseada em um recente relatório do Statistics Canadá e em um pedido especial anterior a ele feito. Josée Savoie (2002) dá conta que existem quase 4.000 crimes violentos que envolvem uma arma de fogo, mas isto não inclui quaisquer assaltos que possam ter usado uma arma de fogo.
- 13** Armas de mão são o tipo mais comum de armas de fogo usadas em homicídios no Canadá, e, até recentemente, o único tipo de arma de fogo que estava registrada (Dauvergne 2001: 10).
- 14** Apenas 11 dos 117 homicídios cometidos com arma de fogo entre 1997 e 1999 envolviam uma arma de fogo legalmente empunhada pelo perpetrador (Mouzos 2000: 4).
- 15** De acordo com as estatísticas da polícia, publicadas pelo Scottish Executive (2001), o índice de homicídios na Escócia também aumentou durante o mesmo período de tempo, de 16 para 21 por milhão de habitantes.
- 16** Dados recentes de uma pesquisa mostram um declínio nos crimes violentos, mas isso não se reflete nos dados da polícia (Simmons et al. 2002).
- 17** A comparação aqui mostra as estatísticas oficiais de ambos os países. Gannon (2001) constrói índices de crimes violentos que são mais diretamente comparáveis. Na análise dela, as tendências nos crimes violentos nos dois países assemelham-se muito se analisados de perto, mas seus dados também mostram que os crimes violentos no Canadá estão aumentando, e diminuindo nos Estados Unidos.
- 18** Este estudo é consistente com praticamente todas as outras pesquisas no Canadá, de acordo com a legislação sobre armas de fogo. O único estudo que encontrou um impacto foi o fundamentado pelo Canadian Department of Justice .

Referências

- Auditor General of Canadá (1993). *Report of the Auditor General of Canadá, 1993*. Ottawa: Queen's Printer.
- Auditor General of Canadá (2002). *Report of the Auditor General of Canadá, 2002*. Ottawa: Queen's Printer.
- Digital document available at <http://www.oag-bvg.gc.ca/>.
- Australian Bureau of Statistics (2002). "Special Article–Suicide." *Year Book Australia, 2001*: "Health." Digital document available from <http://www.abs.gov.au/>.
- Australian Institute of Criminology (2001). *Australian Crime, Facts and Figures, 2000*. Canberra, ACT: Australian Institute of Criminology.
- Australian Institute of Criminology (2003). *Australian Crime, Facts and Figures, 2002*. Canberra, ACT: Australian Institute of Criminology.
- Barclay, G., C. Tavaré, and A. Siddique (2001). *International Comparisons of Criminal Justice Statistics, 1999*. Issue 6/01 (May). Digital document available from <http://www.homeoffice.gov.uk/rds/>.
- Bellamy, Patrick (2003). *Martin Bryant*. Digital document available at <http://www.crimelibrary.com/serial/bryant>.
- Breitkreuz, Garry (2003). *Enforcing the Firearms Act Could Easily Cost Another Billion Dollars*. Press release (March 24). Digital document available from <http://www.garrybreitkreuz.com/breitkreuzgpress/guns81.htm>.
- Centre for Evidence Based Mental Health (2003). *Suicide Method Statistics*. Digital document available from <http://cebmh.warne.ox.ac.uk/cebmh/elmh/nelmh/suicide/statistics/methods.html>. Oxford: National Electronic Library for Health/Mental Health, University of Oxford.
- Cullen Commission (1996). *Tribunals of Inquiry. Incident at Dunblane Primary School on 13 March 1996 before the Hon. Lord Cullen, Glasgow, Scotland*. Available from <http://www.open.gov.uk/>.
- Dauvergne, Mia (2001). *Homicide in Canadá, 2001*. *Juristat* 22, 7.
- Edwards, D. T. (1999). "The Prevalence of Firearm Related Offenses in Jamaica." M.Sc. diss., Royal Military College of Science, Cranfield Security Centre, Shrivenham, UK.
- Federal Bureau of Investigation (2003). *Uniform Crime Reports, Table 1: Index of Crime, United States, 1982–2001*. Digital document available at <http://www.fbi.gov/ucr/01cius.htm>.
- Francis, Diane (2002). Gun Registry Just a Fourth-Rate Policy: Liberals Spend \$1B to Avoid Being Politically Incorrect. *National Post* (December 19): FP3.
- Gannon, Maire (2001). *Crime Comparisons between Canadá and the United States*. *Juristat* 21, 11 (December).
- GPC Research (2001). *Fall 2001 Estimate of Firearms in Canadá, Report on Findings*. Submitted to the Canadian Firearms Centre.
- Graycar, A. (2001). "Crime in Twentieth Century Australia." In *Year Book Australia, 2001*, (ABS cat. no. 1301.0; Australian Bureau of Statistics, 2001): 477–95. Digital document available at <http://www.aic.gov.au/publications/other/centenary/>.
- Greenwood, Colin (1972). *Firearms Control: A Study of Armed Crime and Firearms Control in England and Wales*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Greenwood, Colin (2001). "Labour's Gun Plan." *Shooting Times and Country Magazine* April 12): 8.
- Guirguis, Peter (2003). *Crime Analysis: Port Arthur Massacre*. Digital document available at www.boredofstudies.cjb.net.
- Home Office (2001). *Criminal Statistics, England and Wales, 2000*. Norwich, England: Queen's Printer.
- Hung, Kwing (2003). *Firearm Statistics, Updated Tables, March 2003*. Research and Statistics Division, Department of Justice, Ottawa, Ontario.

Jacobs, James B. (2002). *Can Gun Control Work?* Oxford: Oxford University Press.

Jones, Adam (1998). *Case Study: The Montreal Massacre*. Digital document available at: http://www.lbduk.org/dv_and_bias_in_the_media_Canada%20white%20ribbon.htm

Kleck, Gary (1991). *Point Blank*. Berlin: Aldine de Gruyter.

Kleck, Gary (1996). "Crime, Culture Conflict and Sources of Support for Gun Control: A Multi-level Application of the General Social Surveys." *American Behavioral Scientist* 39, 4: 387–404.

Kleck, Gary (1997). *Targeting Guns: Firearms and Their Control*. Berlin: Aldine de Gruyter.

Kopel, David (1992). *The Samurai, the Mountie, and the Cowboy*. New York: Prometheus Books.

Landesman, Peter (2003). "Arms and the Man." *The New York Times Magazine* (August 17). Available at <http://www.nytimes.com/2003/08/17/magazine>.

Langan, Patrick A., and David P. Farrington (1998). *Crime and Justice in the United States and in England and Wales, 1981–96*. NJC 169294 (October). Washington, DC: Bureau of Justice Statistics, US Department of Justice.

Lawson, James B. (1999). "New National Gun Laws—Are They Cost Effective?" *Institute of Public Affairs Review* 51, 4 (December): 27–28.

Lott, John, Jr. (2000). *More Guns, Less Crime*. 2nd Ed. Chicago: University of Chicago Press.

Lott, John, Jr. (2003). *The Bias against Guns*. Washington, DC: Regnery.

MacDonald, Don (1990). "Killer Lepine Had 60 Shells Left: Report on Montreal Massacre." *Edmonton Journal* (May 15): A1.

Malcolm, Joyce Lee (2002). *Guns and Violence: The English Experience*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Mauser, Gary (1995). *Gun Control is not Crime Control*. Critical Issues Bulletin. Vancouver, BC: The Fraser Institute.

Mauser, Gary (2001a). *Misfire: Firearm Registration in Canada*. Public Policy Source 48. Vancouver, BC: The Fraser Institute.

Mauser, Gary (2001b). "The Case of the Missing Canadian Gun Owners." Paper presented to the American Society of Criminology, Atlanta, Georgia (November 2001).

Mauser, Gary, and Richard Holmes (1992). "An Evaluation of the 1977 Canadian Firearms Legislation." *Evaluation Review* 16, 6 (December): 603–17.

Mauser, Gary, and Dennis Maki (2003). "An Evaluation of the 1977 Canadian Firearm Legislation: Robbery Involving a Firearm." *Applied Economics* 35 (March): 423–36.

Mauser, Gary, and William Stanbury (2003). "Can the Canadian Firearms Registry Reduce Gun Deaths?" *Fraser Forum* (July): 26–27.

Miron, Jeff (2001). "Violence, Guns and Drugs: A Cross-Country Analysis." *Journal of Law and Economics* 44: 615–34.

Mouzos, Jenny (1999). *Firearm-Related Violence: The Impact of the Nationwide Agreement on Firearms*. Trends and Issues 116 (May). Canberra, ACT: Australian Institute of Criminology.

Mouzos, Jenny (2000). *The Licensing and Registration Status of Firearms Used in Homicide*. Trends and Issues 151 (May). Canberra, ACT: Australian Institute of Criminology.

Mouzos, Jenny (2001). *Homicide in Australia, 1999–2000*. Trends and Issues 187 (February). Canberra, ACT: Australian Institute of Criminology.

Mouzos, Jenny (2003). *Homicide in Australia 2001–2002*. Research and Public Policy Issues 46. Canberra, ACT: Australian Institute of Criminology.

Mouzos, Jenny, and C. Carcach (2001). *Weapon Involvement in Armed Robbery*. Research and Public Policy Issues 38. Canberra, ACT: Australian Institute of Criminology.

Munday, R.A.I., and J.A. Stevenson (1996). *Guns and Violence*. Winston Salem, NC: Piedmont Publishing.

National Center for Injury Prevention and Control, Center for Disease Control [NCIPC] 2003. *Mortality (Fatal Injury) Reports*. Digital documents available at <http://webapp.cdc.gov/sasweb/ncipc/mortrate.html>.

- National Statistics (2003). "Trends in Mortality from Suicide, 1989–1999." *National Statistics Online*, United Kingdom (26 April). Digital document available at <http://www.statistics.gov.uk>.
- Polsby, Daniel, and Don B. Kates (1997). "Of Holocausts and Gun Control." *Washington University Law Quarterly* 75, 3 (Fall): 1237.
- Preville, Emmanuel (2003). "Suicides in Canadá." Special study for Gary Breitzkreuz, MP, Economics Division, Parliamentary Research Branch (20 January). Digital document available at <http://www.garrybreitzkreuz.com/publications/suicidesinCanada.htm>.
- Reuter, Peter, and Jenny Mouzos (2002). "Australia: A Massive Buyback of Low-Risk Guns." Paper presented to the American Society of Criminology, Chicago.
- Rummel, R. J. (1994). *Death by Government*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Savoie, Josee (2002). *Crime Statistics in Canadá, 2001*. Juristat 22, 6, Statistics Canadá Cat. 85-002-XPE (July).
- Scottish Executive (2001). *Homicides in Scotland in 2000—Statistics Published*. Criminal Justice Division, Justice Department. Digital document available at <http://www.scotland.gov.uk/stats/bulletins/00205-01.asp>.
- Scottish Executive (2003). *Homicides in Scotland in 2001—Statistics Published* (28 November). Criminal Justice Division, Justice Department.
- Simmons, Jon, et al. (2002). *Crime in England and Wales, 2001/2002* (July). London: The Home Office.

Sobre o Autor & Agradecimentos

Sobre o autor

Gary A. Mauser é Professor Catedrático no Institute for Urban Canadian Research Studies e na Faculty of Business Administration na Simon Fraser University, Burnaby, Columbia Britânica, Canadá. Recebeu seu Ph.D. em Psicologia Social da University of Califórnia, em Irvine. Publicou numerosos trabalhos acadêmicos sobre análise e pesquisa, armas de mão e violência, avaliando a legislação sobre armas de fogo. Seus recentes artigos são *Misfire: Firearm Registration in Canadá* (Fraser Institute Public Policy Source 48); *Canadian Attitudes toward Gun Control: The Real Story*, com H. Taylor Buckner, publicado pelo Mackenzie Institute; “An Evaluation of the 1977 Canadian Firearm Legislation: Robbery Involving a Firearm,” com Dennis Maki, publicado em *Applied Economics*, e “Armed Self Defense: the Canadian Case,” publicado no *Journal of Criminal Justice*. Serviu como testemunha especializada na Suprema Corte do Canadá, a Corte de Apelação de Alberta, e testemunhou anteriormente diante dos comitês parlamentares canadenses na proposta de legislação sobre armas de fogo. Para maiores informações, visite sua página na Internet, www.sfu.ca/~mauser.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Peter Allen, Barry Cooper, Steve Easton, C.B. Kates, Kristin McCahon, e Lindsey Thomas Martin por seus comentários críticos nos primeiros rascunhos. O trabalho está melhor devido às contribuições deles. Agradecimentos especiais são devidos a Dennis Maki e Dick Holmes por sua ajuda com as análises econométricas citadas aqui. E, finalmente, eu gostaria de agradecer a Jenny Mouzos, do Instituto Australiano para a Criminologia, por ter fornecido graciosamente os dados sobre o crime na Austrália e tê-los disponibilizado. Sou integralmente responsável pela forma como esses dados foram interpretados e, claro, por todos e quaisquer erros ou omissões que possam ter permanecido.